

Trabalho da Mulher - Discriminação, Realização Profissional e Realização Pessoal (Um estudo sobre a Mulher na Universidade Federal de Santa Catarina)

Lélia Pereira da Silva Nunes

Sobre a autora

Professora Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas / UFSC. Mestre em Administração Pública. Trabalho de Dissertação sobre: "Trabalho da Mulher - discriminação, realização profissional e realização pessoal. Atualmente é professora de Sociologia Jurídica do Curso de Direito da UFSC e Sub-Chefe do Departamento de Ciências Sociais. Coordenadora Regional do Grupo de Trabalho Sociologia da Cultura Brasileira da ANPOCS para Santa Catarina.

Este trabalho foi apresentado no XII Encontro anual da ANPOCS, CAXAMBU, MG.

Summary

This article presents a study of women's works, professional and personal achievement, and discrimination.

Consists an empirical survey was carried out at the Federal University of Santa Catarina among "women-employees and teachers", analysing: discriminating attitudes in work relations, in careers, and un functional promotion; the conflict between public and private domains; the professional activity as an achievement area.

The study concludes, not oly by giving evidence of the discriminated role of women and the effects of sexual stereotyping, but also, principally, by demonstrating the redution in women's personal achievement on the professional level-wich is highly convenient to modern society.

Resumo

Este artigoa presenta um estudo sobre o trabalho da mulher, discriminação, realização profissional e realização pessoal.

Compreende, fundamentalmente um levantamento empírico na UFSC entre "mulheres-funcionárias e professoras", analisando-se: atitudes discriminaatórias nas relações de trabalho, na carreira e na promoção funcional, o conflito entre os domínios público e privado, a atividade profissional como "locus" de realização.

O trabalho conclui, constatando não somente o papel discriminado da mulher e o efeito da força dos estereótipos sexuais sobre ela, mas, principalmente, mostra a redução de sua realização pessoal ao nível da realização profissional, o que é altamente conveniente para a sociedade moderna.

Na década de 70, ganhou particular destaque a "questão da mulher" como tema de pesquisas e estudos na área acadêmica, a partir, principalmente, da celebração de 1975 como Ano Internacional da Mulher e a designação de períodos de 1976-1985, de Década da Mulher. Como efeito, uma farta literatura, enfocando diferentes aspectos da problemática feminina, vem sendo produzida como resultado de um amplo processo desencadeado em prol de uma mudança expressiva da "condição da mulher".

Assim sendo, a partir do conhecimento de estudos e pesquisas sobre a situação da população feminina na sociedade moderna, elegeu-se a temática MULHER, como objeto central do trabalho de dissertação de Mestrado apresentado em março de 1985 na Universidade Federal de Santa Catarina.

O referencial teórico, fundamentou-se nos estudos que deram especial atenção ao trabalho feminino, tanto na esfera doméstica, como o extradomiciliar, podendo-se destacar as relevantes contribuições de Eva A. Blay, Heleieth I.B. Saffioti, Paul Singer e Felícia Madeira, Helena Lewin, Carmem M. Barroso, Maria Cristina Bruschini, Glaucia Miranda e tantas outras de igual importância. Em todos há uma preocupação com o desempenho efetivo do papel da mulher e com a determinação de fatores que contribuem para explicar a sua participação desigual no mercado de trabalho.

O exercício reflexivo sobre o tema e o concatenar de idéias levaram à formulação da proposta básica do trabalho, partindo do argumento de que os estereótipos sexuais e as apreensões internas de normas, atitudes e comportamentos servem como barreiras para as mulheres quando ingressam e passam a participar do mercado de trabalho.

A questão básica que orienta este estudo, pode ser sintetizada da seguinte forma:

"até que ponto os estereótipos sexuais e a ideologia da discriminação da mulher interferem na realização profissional e pessoal feminina".

Através do levantamento empírico realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em dezembro de 1984, efetuado a partir de uma amostra significativa ao nível de 0,05 das "mulheres-professoras e funcionárias", tenta-se verificar o quanto os estereótipos sexuais e a ideologia da discriminação interferem na condição feminina, impondo barreiras à ascensão profissional da mulher e a sua realização. Por outro lado, o estudo permite que se faça uma comparação entre a posição da "mulher-professora" e da "mulher-funcionária", possibilitando destacar pontos de convergência ou de divergência entre as duas categorias de servidoras públicas. Ressalta-se, ainda, que ao se investigar o trabalho da "mulher-professora" e da "mulher-funcionária" na UFSC, pôde-se perceber, como na sociedade global, que a discriminação contra a mulher ali se reproduz.

Os resultados da pesquisa foram apresentados em dois

momentos distintos, mas não excludentes mutuamente: um estrutural, outro de cunho ideológico.

1. Considerações Estruturais

Percebe-se a discriminação em vários níveis:

Lotação - as mulheres estão lotadas em maior número nos Centros que congregam as atividades consideradas socialmente femininas: Educação, Ciências Humanas e Comunicação e Expressão, conforme pode-se observar no Quadro I. Caracterizando o que Bruschini (1979) considera como "sexualização das ocupações" - por ela definida, quando numa área ocorre uma maior concentração de pessoas do mesmo sexo e há uma expectativa social que deva ser assim. Salienta-se, no entanto, que o predomínio absoluto das mulheres só ocorre em um único Centro - o da Educação. Essa desigualdade se agrava porque os Centros "mais femininos" são menos prestigiados em termos de espaço físico, verbas, equipamentos e participação na liderança política dentro da UFSC.

Cargos - na pirâmide de cargos, a participação feminina na UFSC se afunila à medida em que há uma menor proporção de mulheres nos cargos mais elevados. Isto fica mais evidente quando se vê que mesmo naqueles Centros que agregam um maior número de mulheres, elas estão em minoria nas categorias de titular (Educação) e de adjunto e titular (Ciências Humanas).

Constata-se, desta maneira, que nas áreas consideradas "reduzidos masculinos" e nas "fortemente femininas" quanto maior o cargo, menor a proporção de mulheres que o ocupam. Assim, à medida em que o desempenho profissional exige preparo mais rigoroso e as perspectivas de prestígio e remuneração são maiores, a mulher começa a ceder lugar ao homem (ver quadro II).

Com referência às funcionárias o mesmo fenômeno se repete. A maior concentração do elemento feminino ocorre no Grupo de Outras Atividades de Nível Superior, seguido do Grupo de Serviços Auxiliares e Grupo de Outras Atividades de Nível Médio. Exatamente naqueles Grupos onde localizam-se profissões tradicionalmente femininas, tais como: técnico de assuntos culturais, bibliotecária, assistente social, agente administrativo, datilógrafa, serviços de limpeza e copa, conforme pode-se observar no Quadro III.

Titulação - quanto à titulação, a desigualdade é bastante acentuada, verificando-se uma nítida correlação entre titulação e categoria funcional. É no Centro de Comunicação e Expressão e de Ciências Humanas que se encontra entre os adjuntos e titulares o maior número de Doutores da UFSC. Todavia, em todas as categorias funcionais e diferentes níveis de qualificação o número de professoras é sensivelmente inferior. Assim, no topo da pirâmide de prestígio do magistério da UFSC a participação feminina representa 14, 2% dos titulares e 19, 9% dos doutores. O que está demonstrado também na pesquisa realizada por C. Barroso (1982) sobre o acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Particularmente, nos Cursos de Pós-Graduação, a presença da mulher é ainda mais reduzida e está concentrada também nas áreas "tradicionalmente femininas".

Os dados retratam que não é a Instituição que está discriminando a mulher. A sua situação na educação formal é o reflexo

de uma discriminação social e de uma ideologia ampla, arraigada culturalmente.

Uma questão aqui se impõe: quais os papéis atribuídos que impedem a titulação da mulher em maior proporção?

Será que não reside no próprio processo de socialização, na internalização de padrões de comportamento e valores próprios da sociedade, que a faz ponderar entre "titulação" e "responsabilidades domésticas"?

Ou será porque o seu papel na sociedade não implica em titulação?

Sem dúvida, titulação é um aspecto estrutural que merece maior atenção e estudo.

Escolaridade - Neste nível a desigualdade se registra entre as funcionárias casadas e solteiras. As casadas apresentam menor escolaridade e as solteiras o nível superior. São as solteiras também que assumem funções, que exige maior qualificação no nível hierárquico.

Essa desigual participação da mulher casada e da solteira na força de trabalho também foi observada e denunciada em vários estudos e pesquisas, destacando-se Miranda (1975), Blay (1978), Saffioti (1979) e Poggio (1980).

Função - A mulher na UFSC não está ocupando espaço, de acordo com a sua representatividade numérica nas funções de confiança. A discriminação é notável no caso de cargos de confiança numa progressão regressiva - homem para mulher de um terço, vindo a confirmar que a proporção de mulheres é menor nos altos escalões da hierarquia universitária. Observa-se o predomínio do elemento masculino em todas as chefias docentes e administrativas. Sendo que a participação feminina é mais significativa nos níveis intermediários e nos mais baixos como Chefe de Seção, Chefe de Setor e Secretária. Funções que a ideologia predominante julga mais adequada à sua condição de mulher e algumas têm o caráter de extensão da atividade doméstica.

Diante destes fatos estruturais, pergunta-se: até que ponto a mulher tem consciência de sua posição desigual?

Tentou-se responder esta questão analisando, no nível ideológico, a visão que a mulher tem do seu trabalho.

2. Considerações Ideológicas

Um dos enfoques da pesquisa revela a postura da "mulher-funcionária e professora" em relação ao seu trabalho, observando que em alguns momentos há convergência de idéias entre

os dois grupos de entrevistadas. No entanto, na maioria das vezes, observa-se um corte entre a visão de trabalho das funcionárias e das professoras, sua realidade de vida é extremamente distinta.

Ao afirmarem que foram educadas para terem uma profissão e serem independentes, tanto as professoras como as funcionárias negaram a influência do processo de socialização na escolha da sua profissão (constatado 80% das professoras e 73% das funcionárias entrevistadas).

Neste ponto, pairou uma grande dúvida: será que as mulheres, preocupadas em ocupar seu espaço, fora dos limites domésticos, não estão percebendo que suas aspirações femininas foram canalizadas para ocupações análogas em conteúdo aos papéis domésticos que lhes têm sido "tradicionalmente" reservados? Produzindo-se, assim, uma adequação entre a sua escolha profissional e o que a sociedade entende por profissões femininas.

O significado de "ter emprego", bem como questões referente às razões que levaram-nas ao trabalho extradomiciliar, espelha claramente uma divergência de visão entre as professoras e funcionárias.

Perguntado às entrevistadas:

"Quais as razões que levaram-na a trabalhar fora?"

Pretendeu-se discernir quais os motivos que levaram a assumir o trabalho. Seria a busca de uma realização profissional e pessoal? Ou teria sido movida por contingências econômicas?

As respostas concentraram-se em cinco aspectos relevantes:

a) **Busca de independência**- "vontade de ser independente e de participar do mundo dito dos homens" (professora); "principalmente chegar a ser dona do meu nariz" (professora); "para ser um pouco mais independente" (funcionária);

b) **Realização profissional** - "opção de completar o teórico com o prático e realizar-me como profissional" (professora); "necessidade de profissionalização em decorrência da formação superior" (funcionária);

c) **Necessidade econômica** - "por necessidade econômica, para se ter um equilíbrio de vida" (professora); "melhores condições materiais de vida" (professora); "para me manter economicamente e ajudar a família" (funcionária); "por razões econômicas, para manter a família" (funcionária);

d) **Não executar somente os afazeres domésticos** - "deixei de ser titulada dona-de-casa, dependente e ser de segunda categoria" (professora); "cansei dos serviços domésticos" (funcionária); "para não se acomodar em casa" (funcionária);

e) **Interesses sociais diversos** - "oportunidade de melhor

poder desenvolver minhas aptidões e dedicar meu trabalho aos outros" (professora); "a necessidade de me sentir útil à sociedade" (professora).

Verificou-se que enquanto para as professoras, a primeira preocupação ao trabalhar é a busca de sua realização profissional, para as funcionárias não acontece realmente uma opção. Ela trabalha por uma questão de sobrevivência, de necessidade econômica. Ressalta-se que o comportamento das funcionárias de nível superior, neste aspecto, é semelhante ao das professoras. Situação idêntica foi verificada por Blay (1978) em pesquisa realizada com trabalhadoras da indústria paulista.

As funcionárias em sua grande maioria, também não revelaram nenhuma preocupação em escolher um emprego que permitisse conciliar afazeres domésticos com trabalho extra-domiciliar. Para elas a garantia do "ganho" é fundamental, é uma necessidade econômica. Esta posição está fortemente acentuada entre as funcionárias que ocupam cargos inferiores na estrutura funcional.

A visão do que possa ser prioritário em suas vidas, revela uma divergência entre as mulheres entrevistadas. Para as professoras a prioridade está na UFSC, e para as funcionárias no ambiente familiar. Foi expressivo, no entanto, o número das que colocaram a UFSC e a família num mesmo plano. Acredita-se que essa divergência de alocação de prioridades possa encontrar explicações no fato das professoras poderem contar mais facilmente com uma infraestrutura de apoio (babás, creches, empregadas domésticas). O que não acontece com a maioria das funcionárias que assumiram o trabalho extradomiciliar, premidas pela necessidade econômica. Em muitas respostas ficou clara a presença do conflito entre o mundo doméstico, o trabalho e a luta da mulher para dar conta das duas esferas. Reforçando esta afirmação destaca-se alguns depoimentos bastante significativos:

a) A UFSC como prioridade:

"A UFSC e ser boa professora é prioritário, por outro lado a preocupação com o filho, meio que angustia". (professora casada).

"A UFSC é prioritária, mas não posso esquecer que sou dona-de-casa". (funcionária casada).

b) A família como prioridade:

"A família em primeiro lugar, porém não deixaria de trabalhar para ser apenas mãe e dona-de-casa". (professora casada).

"A família em primeiro lugar, porém sou obrigada a trabalhar, pois sou responsável por tudo. Sou o homem e a mulher da casa, não tenho escolha". (funcionária casada, 9 filhos).

"Se tivesse que modificar a condição de trabalho em benefício do doméstico, mudaria". (professora casada).

c) A UFSC e a família são prioritárias:

"Não dá para separar .A UFSC é importante, mas a casa é primordial". (funcionária casada).

"A prioridade depende do momento onde a localiza e de acordo com a importância relativa. Na verdade, é difícil conciliar. Ou se é boa profissional ou se é boa mãe e dona-de-casa".(professora casada).

A oscilação entre o desempenho dos papéis de "dona-de-casa" e "profissional", está evidente em muitos depoimentos, porém tanto as professoras como as funcionárias numa proporção considerável, negam a existência do conflito entre as esferas privadas e públicas. A presença do conflito, todavia, foi observada entre as entrevistadas casadas e com filhos pequenos. Se simultaneamente assumirem as funções domésticas e ocupacionais sentem que isso representa uma sobrecarga, dificultando a ascensão profissional - "a dupla jornada de trabalho prejudica a formação profissional". Por outro lado, quando se dedicam só às tarefas profissionais percebem que não estão desempenhando o papel atribuído tradicionalmente à elas - "o desempenho de papéis domésticos é da responsabilidade da mulher e não está sendo dividido com o homem". Ainda, segundo o resultado da pesquisa, se observa a existência também do "sentimento de culpa", principalmente, entre as funcionárias entrevistadas por trabalharem fora do lar.

Pode-se verificar as afirmações supra citadas nos depoimentos de algumas entrevistadas:

"Sim, e como! Se o marido ajuda, há uma cobrança muito grande desta ajuda: eu fiz o que devia ser papel teu. O desgaste é tão grande entre o privado e o público que não dá para ambicionar nada além". (professora casada - 1 filho).

"Poderia produzir muito mais, porém existem as responsabilidades domésticas. Há uma espécie de cobrança silenciosa...". (professora - união consensual, s.f.).

"Preocupação com a casa, não deixa nem pensar em fazer um concurso para melhorar o ganho".(funcionária casada - 4 filhos).

"Não devia existir culpa por ter que trabalhar. Porém, o marido é exigente, não coopera, não reconhece o trabalho fora do lar, em consequência há uma sobrecarga muito grande em ser boa dona-de-casa e boa funcionária. Há uma dupla jornada. No final da semana estou cansada, não me divirto e segunda feira volto a rotina. Não me sinto valorizada em casa. E só reclamação... Ele não me ajuda em nada. Porém, no final do mês aceita o meu salário como ajuda no orçamento".(funcionária - Ag. Administrativa, casada).

Nestes depoimentos além da preocupação em conciliar "lar e trabalho", e a conseqüente dupla jornada que ela realiza no seu dia-dia, identifica-se outro ponto importante: a premente necessidade de compreensão e apoio pelo trabalho por parte da família.

Parece que se torna importante questionar se essa ambiguidade de papéis, convenientemente alimentada pela sociedade de mercado, não impede que a mulher encontre sua identidade no domínio privado e no domínio público.

A mulher na UFSC está preocupada com a realização de sua carreira, embora não identifique fatores externos e internos e expressivos que impeçam a promoção e a impossibilidade de acesso a cargos de direção e chefias. Somente a falta de escolaridade (funcionárias) e a política interna dos Departamentos (professoras) foram motivos de impedimento para algumas. É o que se pode constatar nos depoimentos prestados. Por exemplo:

"não existe impedimento. Quando a mulher quer, ela contrói (e sabe fazer) a sua carreira". (Titular - L.D. e Doutora - CCS).

"Sim, preocupo-me com minha carreira. Embora, talvez já esteja condicionada (conscientemente) a aspirar e assumir o que possa dar conta como mulher". (Assistente Social, casada - funcionária).

"Quando solicitei permissão para fazer doutorado no exterior, em reunião de Departamento, foi levantado a hipótese que não valia a pena correr o risco de investir numa professora que poderia 'se casar' (eu era noiva) e deixar a Instituição". Assistente - mestrado - C.C. Agrárias).

"Incapacidade para assumir funções, devido à falta de escolaridade e sendo mulher as possibilidades também são menores". (Ag. Administrativa - funcionária - solteira).

Resalta-se, no entanto, que entre as funcionárias de categoria auxiliar de operações e serviços diversos (copa, limpeza...) a preocupação com a carreira não está presente. Para estas, o importante é "arrumar serviço", "o ganho mesmo" e "sustento da família". Sabem também que por falta de escolaridade não tem condições de pensar em carreira.

Os fatores que causam satisfação no trabalho também foram investigados entre as professoras e funcionárias da UFSC.

A satisfação no trabalho, para as funcionárias, está relacionada a uma valorização subjetiva, isto é, ela tem muito mais a ver com aspectos periféricos do trabalho. Visto que as funcionárias apresentam maior grau de satisfação no ambiente de trabalho do que nas tarefas que executam. Já entre as professoras a satisfação no trabalho é encontrada na atividade docente e na produção científica.

As mulheres no exercício de suas atividades na UFSC não se sentem vítimas de preconceitos pelo fato de "serem mulheres" (em 59, 8% das entrevistadas). Entretanto os resultados mostraram uma contradição e revelaram a presença de preconceitos sexuais no exercício profissional na UFSC. Os inúmeros depoimentos prestados (abaixo transcritos os mais significativos) servem de reforço para o que esse estudo vem delineando em todo o seu desenvolvimento e que são

pontos considerados fundamentais, como:

a) Os preconceitos ligados ao sexo, atual sobre a participação da mulher no mundo do trabalho e se revelam em atitudes estereotipadas em relação ao desempenho de papéis ou de forma velada, sutil, mas intensa;

"... No começo, quando fiz concurso na UFSC, em março de 1975, o chefe me disse: Você e fulano tiveram o mesmo número de pontos no concurso. Fulano ingressa agora (ele é chefe de família, você tem que entender). Você começa em agosto, o seu trabalho". (Assistente - T. Serviço 9 anos - casada).

"A condescendência com a mulher gestante, a fraqueza na cobrança da mulher que apresenta problemas domésticos, a resistência à carreira profissional da mulher e a presença do machismo em qualquer discussão são preconceitos e atitudes que marginalizam a mulher". (Assistente - T. Serviço 7 anos - casada).

"Já aconteceu pelo fato ser casada, ser discriminada. Para determinados setores a mulher solteira é preferida e o homem é sempre mais valorizado". (Ag. Administrativo - T. Serviço 8 anos - casada).

b) Os empregos ainda oferecidos a mulher são os "tradicionalmente femininos", relacionados com o mundo doméstico e mantém a discriminação;

"Desde a faculdade aconselharam-me a pegar uma especialidade "mais feminina". É preconceituosa a atitude de não reconhecimento da capacidade da médica pelos outros médicos. O pior é a própria mulher paciente que discrimina a mulher médica". (Assistente - T. Serviço 9 anos - casada).

"A enfermagem é uma profissão preconceituosa socialmente. Sobre deficiência de 'status' que pode ser decorrente da característica de uma profissão feminina ou pela profissão em si (imagem social)". (Visitante-Doutora - T. Serviço na UFSC 4 anos).

"Pode ser trabalho mais de mulher a profissão não é valorizada nem socialmente e nem economicamente". (Datilógrafa - T. Serviço 4 anos).

c) A própria mulher em decorrência do processo de socialização, incorpora os estereótipos fortalecendo a discriminação. Torna-se vítima e ao mesmo tempo cúmplice da sua própria discriminação.

"O salário é pouco, mas para mulher dá, é suficiente". (Assistente).

"... o cargo de direção envolve uma atividade que pede um homem no comando, não é para mulher". (Funcionária).

"A própria mulher se discrimina, fruto de formação ou não,

mas acontece". (Auxiliar de Ensino).

"As próprias colegas mulheres acreditam mais ou em primeiro lugar na capacidade dos homens que na das mulheres". (Funcionária).

A análise dos dados do estudo empírico realizado entre "mulheres funcionárias e professoras" na UFSC, revela uma contradição entre o real e o aparente ou o que está por trás do manifesto. Visto que manifestadamente as mulheres, no exercício de suas atividades na UFSC, não se sentem discriminadas e nem vítimas de preconceitos. Todavia, em seus depoimentos pode-se perceber, de forma latente, que a discriminação contra a mulher ali se reproduz, que a ação dos estereótipos sexuais e de preconceitos se faz presente, impondo obstáculos à ascensão profissional e à sua realização. A aplicação sistemática da função latente (Merton, 1970) na pesquisa, representa um incremento maior de conhecimento do que os concernentes às atitudes manifestas das entrevistadas. Desta maneira, a descoberta de fatores latentes por trás do manifesto, permite compreender mais claramente o papel desempenhado e assumido pela mulher na sociedade.

A indagação " a atividade profissional constitui fonte de realização para a mulher", mereceu a unanimidade das professoras e 63% das funcionárias. Porém, as posições são divergentes quanto a essa questão. Para as professoras a idéia de realização profissional assume um sentido místico de "servir ao outro".

"Meu trabalho ajuda a promover outras pessoas". (A. Ensino - T. Serviço 12 anos).

"Parte de minha vida passo junto aos estudantes a transmitir-lhes um pouco do que sei, é uma grande realização para mim - a missão sublime de ensinar". (Assistente - T. Serviço 21 anos).

De maneira que no desempenho do seu papel na atividade extradomiciliar, ela extravesa seus componentes afetivos característicos da socialização feminina. Idênticos valores subjetivos, referentes à realização no trabalho, foram observados por Neuse (1978) nos Estados Unidos, em pesquisa realizada com funcionárias públicas estaduais.

Na UFSC, para as funcionárias de nível médio e primário, (37% das entrevistadas) o trabalho não é fonte de realização pessoal e sim condição de sobrevivência.

"Não. Trabalho por necessidade econômica. A família é minha realização pessoal". (Ag. Administrativa - T. Serviço 5 anos).

"O que importa é o que eu ganho, o que interessa mesmo é o salário que recebo no final do mês. Realização pessoal não conta, é o de menos". (Auxiliar de Op. e S. Diversos - T. Serviço 9 anos).

Verificou-se que o fato de 100% das professoras e 63,4% das funcionárias identificarem o trabalho como fonte de realização pessoal, vem confirmar a tese: "trabalho extradomiciliar é locus de realização

para a mulher". O privilegiamento do trabalho por solicitação da sociedade moderna e o efeito dos estereótipos sexuais e da forma "mística feminina" fazem com que a realização pessoal seja reduzida a nível de realização profissional. Assim, pelo simples fato de ocupar um espaço, de conquistar lugar no mercado, a mulher já se sente realizada e não percebe que continua discriminada.

Será que a realização pessoal se esgota a nível de realização profissional? A mulher, de fato, busca uma realização profissional, mas essa não pode ser igualada a nível de realização pessoal. Sem dúvida, essa é uma questão mais ampla ultrapassa a simples conquista de igualdade de espaço no campo profissional atingindo toda estrutura da sociedade. Somente a partir de mudanças profundas e de reorientação do próprio processo de socialização é que se assistirão alterações essenciais no desempenho de papéis femininos e dos papéis masculinos. Em decorrência dessas mudanças estruturais tanto a mulher, quanto o homem, finalmente, considerarão a realização profissional como uma dimensão da realização pessoal. Finalmente, poderão traçar seu projeto de vida, independente da ideologia da sociedade atual.

Ao se propor estudar a influência dos estereótipos sexuais e da discriminação sobre o trabalho feminino, afetando sua realização profissional e pessoal, espera-se ter contribuído para um maior conhecimento da situação da mulher e para o estímulo à pesquisa e ao debate sobre a questão. A nível pessoal constituir-se-á no ponto de partida para outros trabalhos que se pretende desenvolver.

3. Bibliografia

- Are Working Women really more satisfied? Journal of Marriage and the Family, s.l.p., 1978. Xerox.
- Barroso, C. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo, UNICEF/Brasiliense, 1982.
- , A situação da mulher trabalhadora no Brasil. CPI da Mulher-1977. Brasília, Senado Federal, 1978.
- Berger, L. e Berger, B. Socialização: como ser um membro da Sociedade. In: Foracchi, M. Cê Martins, J. (Org.). Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- Blay, E.A. Trabalho domesticado; A mulher na indústria paulista. São Paulo, Atica, 1978.
- , Trabalho industrial e trabalho doméstico. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (15): 8-20, dez., 1975.
- Bruschini, M.C. Sexualização das ocupações. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (28): 5-20, mar., 1979.

- , e Rosemberg, F. (org.). Trabalhadora do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Lewin, H. Educação e força de trabalho feminina no Brasil. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (32): 45-59. fev., 1980.
- Madeira, F. e Singer, P. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. Cadernos CEBRAP, São Paulo, (13): 1-62, 1973.
- Merton, R.K. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo, Mestre Jou, 1970.
- Miranda, G.V. de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (15): 21-36, dez., 1975.
- Neuse, S.M. Professionalism and authority: Women in public service. Public Administration Review, Washington, 38 (5): 436-42, sep./oct., 1978.
- Saffioti, H.I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1978.
- , O fardo das brasileiras. Escrita/Ensaio. São Paulo, (5): 10-39, 1979.
- , O trabalho da mulher no Brasil. Perspectivas. São Paulo, (5): 115-35, 1982.
- Spiegel, R.L. Analytical statistics. Washington, George Libraire, University, 1980.
- Sullerot, E. A mulher no trabalho: história e sociologia. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1970.